

A Gestão Democrática e Participativa no Contexto da Educação do/no Campo e da Floresta: do planejamento a ação prática

SILVA, Gilson Gean Marcelo da¹
FREITAS, Synara Soares de²
SOUZA, Irley Gondim de³

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de investigar a gestão democrática e participativa no contexto da Educação do/no Campo: do planejamento a ação prática de uma unidade educacional da rede municipal de educação do município de Manaus-Amazonas. O estudo fundamentou-se nas obras dos autores Gadotti (2006), Lück (2006), Libâneo (2010), Cury (2005) & Veiga (2007). Assim, utilizou-se o método dedutivo, de forma de localizar por meio do levantamento bibliográfico, pesquisa ação e resposta dos questionamentos dos sujeitos entrevistados. Os resultados apontaram que a gestão escolar tem cumprindo assim, a sua função social, em reconhecer as especificidades, garantindo a participação efetiva dos alunos, professores e lideranças com direito a vez e voz, construindo a escola do campo sempre um espaço democrático e participativo.

Palavras-Chaves: Gestão democrática; Planejamento; Ação prática; Escola do Campo.

Introdução

A gestão democrática das escolas públicas brasileiras encontra-se nas políticas educacionais do Governo Federal, no contexto educacional das escolas do campo no cenário amazônico, traz a luz as suas especificidades, com isso o artigo tem por objetivo refletir sobre essa dinâmica de trabalho da gestão democrática, na escola do campo na zona rural ribeirinha da cidade de Manaus-Am. Questiona-se: *Quais as ações desenvolvidas na escola do campo/floresta no Assentamento do INCRA, Tarumã-Mirim – Ramal do Pau Rosa-Manaus, legitimam a gestão democrática?* O problema consistia em conhecer as atividades realizadas e pela gestão escolar. Desenvolvemos esse trabalho por meio da pesquisa bibliográfica, documental e levantamento empírico com realização de entrevista semiestruturada com a gestão escolar. Portanto, a partir desse trabalho verificamos que a participação dos professores, comunidade escolar e gestão é algo visível frente as atividades decididas de forma democrática. A fundamentação teórica esteve ancorada nos autores Gadotti (2006), Lück (2006), Libâneo (2010), Cury (2005) & Veiga (2007).

¹ Doutor em Ciências da Educação. Gestor Escola Municipal Professora Neuza dos Santos Ribeiro. Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus.

² Especialista – Pedagoga da Escola Municipal Professora Neuza dos Santos Ribeiro. Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus.

³ Doutoranda em Ciências da Educação. Gestora da Escola Municipal Professora Dian Kelly do Nascimento Mota.

A atuação do gestor escolar na escola do campo ainda se constitui como grande desafio de redescobrir a dinâmica da gestão democrática e a participação efetiva na escola do campo na cidade de Manaus-AM. Neste contexto, o que nos deparamos com às incertezas, desafios e possibilidades que ditam a efetiva dinâmica de trabalho do/a gestor/a na escola a partir das especificidades Amazônica. O interesse pelo tema investigado justifica-se à medida que reconhecemos os limites e possibilidade do trabalho da gestão escolar, como necessidade de dialogar com o campo a partir do/no campo frente as atividades que caracterizam a gestão democrática na escola.

Aos nossos olhos verifica-se nesta linha de raciocínio, Lück (2006) ao destacar que:

A gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões e efetivação de resultados) autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informação) e transparência (demonstração pública de resultados) (LÜCK, 2006, p. 35-36).

Nesse exercício de trazer à tona o trabalho da gestão escolar, frente a organização das ações de metas, planejamentos, objetivos e dinâmica da gestão na escola do campo, torna-se necessário sinalizar que a proposta desse estudo, é refletir sobre essa dinâmica de trabalho, nessa linha de raciocínio foi necessário revisitar os conceitos que fundamentam a gestão democrática na escola do campo, em especialmente, conhecer in loco o trabalho realizado por uma gestora que atuou em uma escola do campo na zona rural ribeirinha da cidade de Manaus-AM.

Foi necessário ampliar a questão conceitual, buscou-se a compreensão da gestão democrática, em âmbito da escola do campo. Nessa caminhada foi necessária revisitar os documentos oficiais do MEC, e recorreremos como aporte teórico no contexto da educação do campo, nos autores como Arroyo (2010), Molina (2010), Jesus (2010) e a discussão da Gestão Democrática foi ancorada nos estudos de Gadotti (2006), Lück (2006), Libâneo (2010). É importante considerara que o contexto da escola do campo e a gestão democrática no caderno nº 9 do livro do MEC/ Conselho Escolar e a Educação do Campo (2006), que foi baseado no texto “*A democratização da Educação Básica no Brasil*”, da autora Regina Vinhaes, enfatiza que: A luta pela democratização da educa

tem sido uma bandeira dos movimentos sociais no Brasil, de longas datas. (p.39-40). No que se refere aos elementos que constituem uma gestão democrática, o Doc. do Conselho Escolar sinaliza que.

A participação é condição para a gestão democrática: uma não é possível sem a outra. Assim, concebe-se a gestão democrática como uma ação coletiva, onde os diversos segmentos da escola e da comunidade externa contribuem na delimitação e na implementação das ações educacionais. Esta participação se dá de forma direta, em assembleias e reuniões, e de forma indireta, a partir da representação dos diversos segmentos mencionados, em Conselhos Escolares e instâncias similares. (BRASIL, 2006, p.42).

E ainda estabeleceu como mecanismo próprios de uma gestão democráticas, ao afirmar que.

Nas Escolas do Campo, esses mecanismos de gestão democrática devem resguardar as especificidades locais. Estas especificidades apontarão para a melhor forma de organizar os espaços democráticos participativos que podem ser: grêmio estudantil, associação de pais e mestres, conselho de classe, Conselho Escolar, dentre outros. O Conselho Escolar, em especial, poderia funcionar como núcleo para socialização, discussão e construção de trabalhos coletivos da escola e da comunidade. (BRASIL, 2006, p.42).

No entanto, a escola do campo, a gestão democrática, apresenta “As características próprias da Escola do Campo propiciam uma maior convivência com as formas organizativas da vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo”. (BRASIL, 2006, p.46). Segundo o documento de referência do MEC, enfatiza que, “a gestão democrática inclui a possibilidade de o professor participar das reuniões comunitárias e abrigar, na escola, assembleias gerais da comunidade”. (BRASIL, 2006, p.46). Para finalizar, a escola pode se tornar um espaço para encontros da comunidade e dos movimentos sociais como uma das formas de estímulo à participação de todos na vida escolar.

No que se refere a gestão democrática e os aspectos legais, contata-se que o cerne destas alterações na escola do campo é a necessidade de reconhecer a participação efetiva dos profissionais na dinâmica do trabalho escolar. Neste cenário Cury (2005) em seus estudos frente a gestão democrática dos sistemas públicos de ensino, a partir dos novos, olhares e abordagem, afirma que:

A gestão democrática como princípio nacional, presença obrigatória em instituições escolares, é a forma não-violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar o terno um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar cidadão ativo que

participem da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2005, p.17).

Concatenando a essa ideia Veiga (1997, p18), a esse conceito sinaliza que “A gestão democrática exige a compreensão e a profundidade dos problemas posto pela prática pedagógica. E visa romper com a separação entre pensar e fazer entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores”. No caderno do Conselho Escolar n.º 5 do MEC, destaca alguns processos a serem articulados, tais como: a participação, a autonomia, os processos de escolha dos dirigentes e os Conselhos Escolares. Destaca cinco pontos, ou seja: Gestão democrática: aprendizado e exercício e participação, A construção dos processos de gestão e participação, Educação como direito, Educação, escola e legislação e por uma cultura de participação escolar.

Nessa linha de raciocínio, Souza (2009, p.124) afirma que gestão escolar, pelas determinações legais, deve ser pautada pelo princípio e pelo método democrático. Todavia, há pouca clareza sobre o que significa a tradução de um em outro, na ação concreta nas escolas públicas país afora. Nesse sentido, este trabalho se propõe levantar elementos importantes para se pensar os problemas tanto da compreensão quanto da efetivação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

Com as nuances a Constituição Federal de 1988, apontava para modificações necessárias na gestão educacional, com vistas a imprimir-lhe qualidade. Do conjunto dos dispositivos constitucionais sobre educação, é possível inferir que essa qualidade diz respeito ao caráter democrático, cooperativo, planejado e responsável da gestão educacional, orientado pelos princípios arrolados em seu artigo 206, in verbis: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

A partir de então, um importante marco dado pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96 define em seu artigo 12, Incisos I a VII, estão as principais delegações que se referem à gestão escolar no que diz respeito às suas respectivas unidades de ensino: no art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente. Ainda na LDB, que contemplou em seus arts. 14 e 15 os princípios norteadores da gestão democrática, in verbis: Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dessa forma, no âmbito municipal a Resolução Nº. 007/CME/2012. Aprovada em 06.06.2012, pelo Conselho Municipal de Educação de Manaus, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Processo nº. 046/CME/2011. Art. 77. A função de diretor escolar tem como princípio assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos na proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e da unidade de ensino. Assim sendo, constata-se no artigo 78, compete à direção da unidade de ensino o desenvolvimento dos processos de gestão, de acordo com os princípios constitucionais contidos nos artigos 205 e 206 da Constituição da República Federativa do Brasil e dispositivos da Lei n. 9394/96.

Metodologia

Assim, utilizou-se o método dedutivo, de forma de localizar por meio do levantamento bibliográfico, pesquisa ação e resposta dos questionamentos dos sujeitos entrevistados. Objetivo investigar a gestão democrática e participativa no contexto da Educação do/no Campo: do planejamento a ação prática de uma unidade educacional da rede municipal de educação do município de Manaus-Amazonas. Questiona-se como a gestão legítima o trabalho pedagógico. O problema consistia em conhecer as atividades realizadas o perfil contemporâneo do trabalho da gestão da escola do campo. A metodologia utilizada neste trabalho foi: Pesquisa bibliográfica que para Gil (1991, p.48) “[...]a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Pesquisa Qualitativa que Godoy afirma que:

[...]envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 63).

Na Pesquisa de Campo, utilizamos o método indutivo, concomitantemente para a coleta de dados, as observações diretas, que se deu in loco na escola com enfoque da prática da gestão escolar. Este estudo foi realizado no mês de maio, totalizando uma carga de 25 horas, a análise deu-se a partir dos dados coletados. Esta observação se casou com entrevistas e questionário semiestruturada que foi gravada. Portanto, para analisar os dados coletamos e utilizamos a análise qualitativa, do ponto de vista dos autores.

Contexto da Unidade Escolar Pesquisada

A Escola Municipal Professora Neuza dos Santos Ribeiro, iniciou suas atividades no dia 12 de abril de 1999. Verificando o índice elevado de crianças em idade escolar, necessitava de uma escola. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, construiu um prédio para funcionar seu escritório, mas como a comunidade não tinha um local adequado para funcionar uma escola. A Escola Municipal Professora Neuza dos Santos Ribeiro, localizada na Caracaraí BR 174 – Km 21, Ramal do Pau Rosa Km 16, construída na área rural do município de Manaus, iniciou suas atividades com turmas em regime multisseriados. Atualmente oferece em regime seriado turmas de Educação Infantil, 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Quadro de Funcionários: 33 e possui o Conselho Escolar.

Discussão e Resultados

Marco Situacional da Unidade Escolar

É importante destacar que a situação econômica da clientela escolar é heterogênea formada por trabalhadores rurais e seus filhos, deste modo, cabe a escola criar espaços e sistemas para incluir os pais e alunos no processo educativo, visando conhecimentos significativos para a zona rural. A unidade educacional defende como *Valores Universais*: valorização da vida; dignidade humana; liberdade; igualdade; amor; respeito; paz e ética. Definiu como *Missão*: Educar partindo do princípio: prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos úteis para transformar a sociedade. Definiu como *Visão de Futuro*: Ser reconhecida como referência no processo ensino-aprendizagem da Zona Rural Rodoviária do município de Manaus até 31 de dezembro de 2019.

Análise do Plano Planejamento as Ações Práticas

Os princípios que pautaram a efetivação do trabalho da escola do campo, o gestor, quando questionado informou na entrevista que quase sempre se utiliza dos conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada por entender que traz melhoria para sua prática na escola. É importante destacar que considerando toda a sua experiência profissional, atua na área da educação há mais de 8 anos. Considerando a carga horária contratual e horas nas atividades, de gestão é de 40 horas, informou que trabalha apenas nesta escola, é funcionária estatutária.

Quando indagada acerca de “Como foi desenvolvido o projeto pedagógico desta escola neste ano”. O gestor informou que:

“[...] já estamos reformulando o nosso PPP, fizemos inicialmente uma revisão no Doc. e verificamos a necessidade de fazer novas atualizações. No primeiro momento, reunimos com a equipe pedagógica com objetivo de traçarmos encaminhamentos à reformulação, posteriormente traçamos como meta a dinâmica de trabalho, buscando a participação efetiva da comunidade escolar”,

Ainda sinalizou que a elaboração da proposta de projeto, foi inicialmente apresentada aos professores, que se constituiu em momento de estudo e análise e posteriormente foram encaminhadas as sugestões. Essa preocupação não passa despercebido pelo estudo de Libâneo (2001), quando enfatiza o tema Organização e Gestão da Escola – teoria e prática, ressalta que:

A organização e os processos de gestão, incluindo a direção, assume diferentes significados conforme a concepção a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos. Para o autor sem a participação dos professores, especialista e usuário da escola. Já numa concepção democrático-participativa. (LIBÂNEO, 2001, p.79).

Questionamos a gestão, se “*A escola possui conselho escolar e se os pais são participativos na escola*”. A gestão afirmou que em grande maioria sim, participam do Conselho e das reuniões, das atividades realizadas pela escola, e também dos multirões quando realizados. Uma outra questão importante a destacar foi quanto “*Como ocorre as das decisões na Escola e como a comunidade escolar participa*”. A gestão afirmou que sempre procuramos o diálogo com a comunidade escolar, nos momentos de reuniões, nos atendimentos individuais e até nos momentos não programados, tais como: atendimentos inesperados aos pais que chegaram à escola, inúmeras vezes, após

uma jornada de trabalho do roçado e pesca e procuramos atendê-los, pois sabíamos da sua rotina e por esse motivo procuramos ajudar e dialogar com os mesmos. Acredito que essa forma de trabalhar a programar e decidir as atividades da escola. “[...]uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade; ‘a cara da escola’ decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. (LUCKESI, 2007, p. 15)

É importante frisar que a dinâmica da gestão democrática passa por um processo de trabalho de escuta e diálogo. Nesse sentido, Hunter (2004), enfatiza o trabalho coletivo, ao afirmar que “[...] ouvir é uma das habilidades mais importantes que um líder pode ter, já que não tem todas as respostas, mas crê firmemente que juntos somos muito mais sábios do que um sozinho, partilhando ideias farão o progresso”. (HUNTER, 2004, p.22). Na fala do autor, entende-se a gestão democrática é algo emergente e necessário nas escolas públicas brasileiras, sabe-se que o diálogo é o ponto-chave do trabalho da gestão democrática e participativa.

Nesse sentido, cabe aqui salientar que quando indagado sobre “[...] o que é necessário para fortalecer a participação mais efetiva dos pais na escola, inclusive em nível de representantes do Conselho Escolar”, por meio da narrativa o gestor ressaltou que:

[...] acredito que deve ser incentivada uma mudança de cultura, tanto na escola como na comunidade, que muitas vezes não entendem os pontos positivos desta parceria. Um atrativo nas reuniões de pais é necessário, através de palestras destinadas a eles. Aqui na escola procuramos sempre dialogar sobre o papel do conselho escolar, e surgiu a necessidade de um estudo, com objetivo de compreender a função de cada um no processo e isso se constituiu num momento de diálogo e crescimento coletivo. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019).

Ainda, sobre esse assunto, enfatizou que participa efetivamente das atividades do Conselho Escolar, e ainda revelou que a sua participação ocorre com diálogo com o presidente do Conselho, abordamos os problemas da escola, analisamos as ações e registramos os pontos críticos em Ata e procuramos dar encaminhamentos no processo, sem deixar de considerar as especificidades da escola e comunidade”.

Quando questionada sobre quais as principais atividades do conselho escolar. Sinalizou que:

[...] como papel fundamental discutimos, definimos e acompanhamos o desenvolvimento de diversas práticas escolares, como a análise do PPP, estudo sobre o Regimento Escolar, as ações de melhoria,

deliberação das Verbas Federais e busca nas soluções de problemas através dos órgãos competentes. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019).

Sabe-se que de fundamental importância “Participação é hoje uma palavra-chave onipresente nos discursos político, normativo e pedagógico” (LIMA, 2001, p. 69).

Quanto as ações desenvolvidas na escola são planejadas pelo Conselho Escolar ou são apenas levadas para sua aprovação. Ressaltou que:

[...] não vejo outra forma de se trabalhar se não for dialogando com o conselho escolar, tanto nos aspectos administrativos e pedagógicos, nossas ações são programadas sempre pensadas nesses aspectos, por exemplo, quando organizamos uma atividade extraclasse, todos são consultados para o bom desenvolvimento da ação. O nosso quadro de professores, funcionários e representante da comunidade. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019).

Enfim, é a parte integrante desse processo de construção. Quando indagada de como ocorre o relacionamento entre direção, professores e funcionários? Constatamos em sua narrativa que:

[...] ocorre de forma harmoniosa, em reuniões acontecem através de diálogo, onde conversamos sobre os problemas que acontecem na escola e as soluções que podemos realizar. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019).

É notório nesse contexto a necessidade de fortalecer a gestão democrática que o autor Souza (2009), afirma é aqui compreendida, então, como:

[...]um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre as escolas identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (p.125).

Acerca da forma de como ocorre o apoio da Equipe Técnico Pedagógica a professores, alunos e família. Ressaltou que apesar de não existir uma equipe de apoio, a gestora da escola se disponibiliza sempre a atender os pais na parte pedagógica, bem como dá suporte aos professores, seja nos planejamentos como no desenvolvimento das atividades. Vale ressaltar que no item, o atendimento à comunidade por parte dos funcionários da escola. Deve-se considerar que a prática da gestão democrática requer a participação efetiva da comunidade escolar, quando indagada se o modelo de gestão desenvolvido nesta escola do campo é democrático. Identificamos na narrativa “*Sim*”,

[...] apesar dos desafios, desenvolvemos uma gestão democrática, onde acontecem reuniões com administrativo e pedagógico, a escola é um espaço aberto à comunidade, realizamos prestações de contas e os pais participam de forma efetiva do Conselho Escolar. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019).

Nesse sentido, Lima (2000), ressalta a construção do conceito da Gestão Democrática afirmando que o “[...]poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc. (p.19).

Quanto a proposta pedagógica, afirmou que é pautada em princípios democráticos. “Sim, pelo fato de ter como principal objetivo formar cidadãos, mas com relação às escolas do campo precisa ser mais bem especificado”. Quanto aos objetivos da escola. Sinalizou que “Sim, no início do ano foram elaborados o Plano de ação da escola”. Quanto aos principais desafios da gestão democrática na escola do campo. Foi sinalizado que: “[...] um dos maiores desafios é conhecer essa realidade, de escola/comunidade, a valorização cultural nas atividades escolares, inserida na proposta e no currículo”. (Narrativa com a Gestão escolar – 2019). No item avaliação das vantagens de o gestor realizar gestão democrática na escola do campo. Destacou que: “As vantagens são muitas, porém é preciso saber articular bem suas ações”.

Nesse sentido, Cury (2000), afirma que “[...]a gestão democrática é mais do que transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação quanto o empenho por reverter a tradição que confundem os espaços públicos com os privados.” (p. 55). Outro ponto a destacar nesse estudo foi quanto ao Conselho de Classe que é um órgão formado por todos os professores que lecionam em cada turma/série. Identificamos nas entrevistas que neste ano, que o Conselho de classe desta escola se reuniu em período bimestral. A partir dessas constatações dos desafios a atuação do gestor escolar e a participação da comunidade no contexto rural ribeirinho, quando essa situação está presente nas ações da gestão escolar, fica claro que a participação da comunidade escolar legitima a ação democrática na escola do campo, respeitando o sujeito do campo, é possível perceber que somente ações dessa natureza podemos garantir a gestão democrática.

Os principais resultados da pesquisa podem ser assim sistematizados: na abordagem qualitativa, constatou-se compromisso em continuar a gestão democrática. A gestão democrática na escola do campo busca mediar conflitos e estabelecer consensos

com a comunidade escolar; Que o exercício do cargo requer reconhecer e valorizar as especificidades e lidar com as complexidades no contexto rural; O exercício da gestão democrática contribui na dinâmica do Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola do campo; A escola possui conselho escolar e os pais são participativos na escola; As decisões na escola têm consolidado a participação da comunidade escolar; As ações pedagógicas têm buscado para fortalecer a participação mais efetiva dos pais na escola, inclusive em nível de representantes do Conselho Escolar; Os problemas da escola são analisados a partir dos registros e das ações e das especificidades da escola e comunidade; O relacionamento entre direção, professores e funcionários é visto como positivo e tem consolidado em um ambiente saudável; A proposta pedagógica da escola é pautada em princípios democráticos; Os objetivos da escola estão bem definidos; De modo geral, a comunidade escolar é vista como participativa; O engajamento da comunidade escolar consolida a escola do campo e respeita as especificidades.

Considerações

Desse modo, define-se que este trabalho proporcionou o maior entendimento da importância da gestão democrática na escola do campo/floresta no Assentamento do INCRA, da cidade de Manaus-AM, baseada nos seus princípios articulados com atividades e estratégias de trabalho da gestão escolar, constata-se que a liderança da escola tem buscando uma participação efetiva da comunidade escolar. Acredita-se que conseguimos responder o problema inicial da pesquisa que consistiu em conhecer as atividades realizadas e o perfil contemporâneo e o trabalho da gestão democrática.

Diante disso, percebeu-se que a todo momento questionamos quais as ações desenvolvidas na escola do campo, legitimam a gestão democrática. Nessa dinâmica de buscar compreender o contexto educacional das escolas do campo no cenário amazônico, trouxe a luz as suas especificidades, com isso o estudo possibilitou refletir sobre essa dinâmica de trabalho da gestão democrática, na escola do campo na zona rural ribeirinha da cidade de Manaus-Am.

Em face a essa realidade, constatou-se que são vários os desafios enfrentados pela gestão escolar tais como: ampliar a participação dos pais ou responsáveis; fortalecer a participação dos líderes da comunidade; fortalecer o Conselho Escolar; criar o Grêmio Estudantil na escola e revisar o Projeto Político Pedagógico respeitando as especificidades da Escola do Campo no contexto rural. Para tanto, desenvolver ações

que legitimam da gestão democrática na escola do campo é emergencial e fundamental. Percebe-se que interesse das famílias e o trabalho realizados pelos professores na escola é algo motivado e sinalizado como carro chefe das ações pedagógicas na escola incorporado no PPP.

Em suma, a gestão democrática na escola do campo no contexto rural no Assentamento do INCRA, revela a necessidade de a escola estar sempre garantindo a participação efetiva da comunidade escolar. Enfim, acredita-se, cumprindo assim, a sua função social, que reconheça as especificidades, garantindo a participação efetiva dos alunos, professores e lideranças com direito a vez e voz, construindo a escola do campo sempre um espaço democrático e participativo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96**. Brasília, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: vozes, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In FERREIRA, Naura Suria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa. **ERA - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo: Uma História Sobre a Essência da Liderança**. Ed. Sextante, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia, 2001.

LIMA, L. **Organização Escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional – uma questão paradigmática**. Petrópolis. Editora: Vozes, 2006.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC **Educatio**, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

RESOLUÇÃO Nº. 007/CME/2012. Aprovada em 06.06.2012, pelo Conselho Municipal de Educação de Manaus, no uso de suas atribuições legais. Publicado no Diário Oficial do Município do dia 18 de setembro de 2012.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.25, n.03 p.124 dez. 2009.

VEIGA, A. Ilma Passos. (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** 12ª edição. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.